
Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do TSE foram elaboradas em consonância aos dispositivos das Leis nºs 4.320/1964 e 10.180/2001, dos Decretos nºs 93.872/1986 e 6.976/2009, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT TSP) e às orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição.

A análise e a elaboração das demonstrações contábeis desenvolvem-se como técnica contábil e estão em constante evolução e contínua convergência aos padrões legais e internacionais de qualidade da informação. Pois, como ciência, a Contabilidade está diretamente relacionada aos mecanismos de registro dos atos e fatos de gestão e análise das demais informações geradas. Dessa forma, cumpre a Contabilidade o seu propósito quando serve de base tanto para avaliação da efetividade da administração e da gestão dos recursos como para o fornecimento de dados relevantes e tempestivos na correta apresentação do patrimônio e análise das causas de suas mutações. Desse modo, funciona como instrumento de informação e transparência capaz de satisfazer os usuários no objetivo do processo de gestão, tomada de decisão e prestação de contas.

Quanto à prestação de contas, a Contabilidade aplicada ao setor público alcança o conceito de accountability – prestação de contas e responsabilização daqueles que administram o patrimônio público. Nesse contexto, no âmbito da administração pública, as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, têm se tornado cada vez mais relevantes, ganhando espaço tanto para tomada de decisões pelos gestores como para fins de controle pelos órgãos e pela sociedade. Por isso, a prestação de contas deve ser periódica, clara, objetiva e neutra, evidenciando a realidade do patrimônio público gerido, de modo a resultar em demonstrações contábeis e notas explicativas íntegras, compreensíveis, comparáveis, fidedignas e relevantes.

O Tribunal Superior Eleitoral exerce o papel de Setorial Contábil do TSE e do Órgão Consolidado Justiça Eleitoral, nos termos da Lei nº 10.180/2001. Dessa forma, é responsável pelo acompanhamento e pela orientação da gestão contábil referente à execução orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito da Justiça Eleitoral de modo a garantir qualidade, padronização, fidedignidade e transparência das informações contábeis.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

Declaração Anual da Contadora

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do **Órgão 14000 – Justiça Eleitoral**. Ela reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data e está pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual Siafi.

As demonstrações contábeis – Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, **encerradas em 31 de dezembro de 2021** – estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Manual Siafi e as demais normas aplicáveis.

Brasília/DF, 11 de fevereiro de 2022.

Lucinei de Oliveira Pereira – CRC nº 008510/O-0

Contadora responsável

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Inclui a Conta Única, representada pelas contas de Limite e Saque com Vinculação de Pagamento, que estão no Grupo de Recursos Liberados pelo Tesouro Nacional. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com:

- A) Adiantamentos concedidos a Pessoal;
- B) Adiantamentos de Termos de Execução Descentralizada.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os materiais em almoxarifado para atender ao TSE e aos Tribunais Regionais Eleitorais com os materiais específicos para as eleições. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

VPD Pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, de 10 de dezembro de 2014, que foi publicada inicialmente no Diário Oficial da União com o número 703, em 19 de dezembro de 2014, mas foi retificada a sua numeração posteriormente.

a) Reavaliação

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU);
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Ainda de acordo com o referido normativo, os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

b) Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor, segue as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e está descrita de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade é reconhecida como ajuste de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo é reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida diretamente o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo é ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

c) Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de Bens Imóveis Cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações do Tribunal Superior Eleitoral são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão:

- I. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. Fornecedores e contas a pagar;
- III. Obrigações fiscais; e
- IV. Demais obrigações.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

Mudança de Critérios Contábeis

A contabilização dos aumentos referentes à reavaliação de ativos passou a ser efetuada em contrapartida à conta contábil de Reserva de Reavaliação, constante no Patrimônio Líquido, conforme consta no Manual Siafi código 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável. Ressalta-se que essa contabilização ainda não foi alterada no Sistema SPIUnet referente às reavaliações de Imóveis de Uso Especial da União.

Insta-se observar que, em junho de 2021, a Secretaria do Tesouro Nacional atualizou a Macrofunção SIAFI de Reavaliação de Bens Móveis para se adequar às determinações do MCASP 8ª edição. Segundo o MCASP, para as contas de 2021 em diante, não cabe mais registrar reavaliações de bens móveis nas contas de resultado dos órgãos, mas antes serão registrados como reservas de reavaliação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/02/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	3.107.930.696,62	1.919.821.874,99	PASSIVO CIRCULANTE	226.188.323,75	329.389.608,78
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.975.662.810,78	1.711.838.896,92	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	169.930.390,71	280.773.642,80
Créditos a Curto Prazo	48.447.566,71	136.101.183,17	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	49.595.206,92	137.248.823,38	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	46.469.549,59	16.529.115,63
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-1.147.640,21	-1.147.640,21	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.521,71	1.521,71
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	74.797.135,40	65.378.849,83	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	9.786.861,74	32.085.328,64
VPDs Pagas Antecipadamente	9.023.183,73	6.502.945,07			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.529.683.207,45	3.108.583.873,73	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	88.782,67	237.706,93
Ativo Realizável a Longo Prazo	912.072,48	157.245,33	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	79.538,45	75.350,95
Créditos a Longo Prazo	361.439,01	125.516,83	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	361.439,01	125.516,83	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	550.633,47	31.728,50	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	9.244,22	162.355,98
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	226.277.106,42	329.627.315,71
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Imobilizado	3.195.890.234,16	2.810.022.673,31	Demais Reservas	101.027.841,48	-
Bens Móveis	849.003.747,86	716.627.839,80	Resultados Acumulados	6.310.308.956,17	4.698.778.433,01
Bens Móveis	1.696.617.601,80	1.503.637.811,44	Resultado do Exercício	1.534.589.292,30	715.375.175,97
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-847.613.853,94	-787.009.971,64	Resultados de Exercícios Anteriores	4.698.778.433,01	3.925.105.885,13
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	76.941.230,86	58.297.371,91
Bens Imóveis	2.346.886.486,30	2.093.394.833,51	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	2.482.883.989,65	2.222.325.263,90	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.411.336.797,65	4.698.778.433,01
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-135.997.503,35	-128.930.430,39			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	332.880.900,81	298.403.955,09			
Softwares	332.880.900,81	298.403.955,09			
Softwares	346.598.649,45	307.703.067,63			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-13.717.748,64	-9.299.112,54			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/02/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	6.637.613.904,07	5.028.405.748,72	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.637.613.904,07	5.028.405.748,72

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	2.975.662.810,78	1.711.838.896,92	PASSIVO FINANCEIRO	2.219.581.702,08	1.010.267.854,51
ATIVO PERMANENTE	3.661.951.093,29	3.316.566.851,80	PASSIVO PERMANENTE	136.988.835,73	280.956.252,41
			SALDO PATRIMONIAL	4.281.043.366,26	3.737.181.641,80

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	372.327.384,27	340.558.891,78	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.318.533.289,55	1.934.426.854,27
Atos Potenciais Ativos	372.327.384,27	340.558.891,78	Atos Potenciais Passivos	2.318.533.289,55	1.934.426.854,27
Garantias e Contragarantias Recebidas	372.257.015,11	340.491.538,70	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	6.196.925,96	36.786.870,91
Direitos Contratuais	70.369,16	67.353,08	Obrigações Contratuais	2.312.336.363,59	1.897.639.983,36
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	372.327.384,27	340.558.891,78	TOTAL	2.318.533.289,55	1.934.426.854,27

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	665.282.269,63
Recursos Vinculados	90.798.839,07
Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.329.729,80
Previdência Social (RPPS)	37.663.697,17
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	51.805.412,10
TOTAL	756.081.108,70



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	18.133.673.603,23	24.168.859.724,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.029,62	1.108,38
Impostos	-	-
Taxas	7.029,62	1.108,38
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	133.935,65	138.299,85
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	133.935,65	138.299,85
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.074.048,67	739.633,25
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	975.559,44	721.465,35
Variações Monetárias e Cambiais	98.489,23	18.167,90
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	17.609.784.867,50	21.666.830.821,02
Transferências Intragovernamentais	17.545.524.937,63	21.572.700.762,81
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	64.259.929,87	94.130.058,21
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	407.091.137,74	2.306.842.170,83
Reavaliação de Ativos	243.442.255,32	99.308.371,58
Ganhos com Alienação	41.991,64	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	139.155.972,62	158.255.074,69
Ganhos com Desincorporação de Passivos	24.450.918,16	2.049.278.724,56
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	115.582.584,05	194.307.690,80
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	93.699,24
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	851.516,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	115.582.584,05	193.362.475,56
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	16.599.084.310,93	23.453.484.548,16
Pessoal e Encargos	4.814.020.705,86	4.914.494.712,53
Remuneração a Pessoal	3.845.853.434,54	3.963.286.595,79
Encargos Patronais	741.918.746,33	721.838.710,29
Benefícios a Pessoal	216.452.496,29	215.252.660,96
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	9.796.028,70	14.116.745,49
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.159.324.936,29	1.175.952.530,85
Aposentadorias e Reformas	819.108.657,04	836.999.534,77
Pensões	266.304.943,24	266.910.221,00
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	73.911.336,01	72.042.775,08
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.045.876.757,43	1.342.455.004,32
Uso de Material de Consumo	27.808.269,30	106.712.746,12
Serviços	855.592.140,21	1.033.432.218,76
Depreciação, Amortização e Exaustão	162.476.347,92	202.310.039,44
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	510.923,49	184.235,25
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	24.132,72	30.896,69
Variações Monetárias e Cambiais	235.137,08	90.614,68
Descontos Financeiros Concedidos	251.653,69	62.723,88
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	9.300.180.281,01	13.796.962.131,27
Transferências Intragovernamentais	8.281.542.984,52	10.743.218.228,04
Transferências Intergovernamentais	1.348.187,57	4.293.105,80
Transferências a Instituições Privadas	978.033.983,09	2.993.970.579,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	39.255.125,83	55.480.218,43
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	270.634.227,48	2.213.484.552,07
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.125.217,05	9.467.966,97
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	2.535.429,98	1.065.649,88
Incorporação de Passivos	26.116.141,48	2.062.871.504,75
Desincorporação de Ativos	240.857.438,97	140.079.430,47



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Tributárias	1.825.129,56	2.630.897,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	424.611,83	478.102,95
Contribuições	1.400.517,73	2.152.794,34
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.711.349,81	7.320.484,58
Premiações	13.621,00	17.691,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	8.822,92	21.077,82
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.688.905,89	7.281.715,76
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.534.589.292,30	715.375.175,97

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/02/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	44.318.483,23	88.998.668,31	Despesas Orçamentárias	9.365.399.437,60	11.191.976.666,08
Ordinárias	-	-	Ordinárias	7.933.337.474,01	7.955.138.738,44
Vinculadas	44.735.833,56	89.177.962,34	Vinculadas	1.432.061.963,59	3.236.837.927,64
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	144.527.570,20	138.914.750,71
Alienação de Bens e Direitos	305.800,00	-	Previdência Social (RPPS)	1.109.836.672,06	1.079.720.642,65
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	44.430.033,56	89.084.263,10	Dívida Pública	-	1.765.195.267,00
Recursos a Classificar	-	93.699,24	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	177.697.721,33	253.007.267,28
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-417.350,33	-179.294,03			
Transferências Financeiras Recebidas	17.545.509.391,81	21.572.664.955,19	Transferências Financeiras Concedidas	8.281.797.523,23	10.743.587.070,65
Resultantes da Execução Orçamentária	17.415.685.349,33	21.447.434.184,85	Resultantes da Execução Orçamentária	8.037.325.184,90	10.443.877.130,73
Cota Recebida	9.388.937.688,40	9.005.909.201,76	Repasse Concedido	6.548.871,55	36.459.066,78
Repasse Recebido	-	2.036.930.746,73	Sub-repasse Concedido	8.026.727.170,92	10.404.594.236,36
Sub-repasse Recebido	8.026.727.170,92	10.404.594.236,36	Cota Devolvida	4.028.652,42	2.823.827,59
Sub-repasse Devolvido	20.490,01	-	Sub-repasse Devolvido	20.490,01	-
Independentes da Execução Orçamentária	129.824.042,48	125.230.770,34	Independentes da Execução Orçamentária	244.472.338,33	299.709.939,92
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	119.843.077,62	73.309.938,03	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	118.364.591,33	54.548.902,38
Demais Transferências Recebidas	454.495,18	756.604,68	Demais Transferências Concedidas	220.384,16	374.564,02
Movimentação de Saldos Patrimoniais	9.526.469,68	51.164.227,63	Movimento de Saldos Patrimoniais	125.887.362,84	244.786.473,52
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.576.224.814,64	1.058.307.679,78	Pagamentos Extraorçamentários	255.031.814,99	155.770.481,75
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	12.966.606,11	9.362.050,27	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	11.602.824,23	5.430.321,13
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.465.825.998,16	927.973.125,80	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	218.104.621,99	135.217.099,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	25.417.620,47	16.137.325,94	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	25.234.069,07	15.118.996,70
Outros Recebimentos Extraorçamentários	72.014.589,90	104.835.177,77	Outros Pagamentos Extraorçamentários	90.299,70	4.064,32
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	154.468,95	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	90.299,70	-
Restituições a Pagar	4.569,10	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	4.064,32
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	6.136,65	4.389,49			
Arrecadação de Outra Unidade	71.821.044,91	104.269.139,74			
Demais Recebimentos	182.839,24	407.179,59			
Saldo do Exercício Anterior	1.711.838.896,92	1.083.201.812,12	Saldo para o Exercício Seguinte	2.975.662.810,78	1.711.838.896,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.711.838.896,92	1.083.201.812,12	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.975.662.810,78	1.711.838.896,92
TOTAL	20.877.891.586,60	23.803.173.115,40	TOTAL	20.877.891.586,60	23.803.173.115,40



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/02/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.457.076.549,31	832.442.379,01
INGRESSOS	17.687.260.085,41	21.782.481.658,26
Receita Tributária	4.920,75	775,89
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	3.499,14	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	44.310.063,34	88.997.892,42
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	17.642.941.602,18	21.693.482.989,95
Ingressos Extraorçamentários	25.417.620,47	16.137.325,94
Restituições a Pagar	4.569,10	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	6.136,65	4.389,49
Transferências Financeiras Recebidas	17.545.509.391,81	21.572.664.955,19
Arrecadação de Outra Unidade	71.821.044,91	104.269.139,74
Demais Recebimentos	182.839,24	407.179,59
DESEMBOLSOS	-16.230.183.536,10	-20.950.039.279,25
Pessoal e Demais Despesas	-6.218.873.002,33	-6.487.171.997,50
Legislativo	-	-
Judiciário	-5.129.241.643,71	-5.379.810.043,84
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-1.975.922,73
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.089.348.818,59	-1.105.447.220,62
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 16/02/2022	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-192.240,33	-93.279,26
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-90.299,70	154.468,95
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.704.278.941,47	-3.704.157.150,08
Intergovernamentais	-748.276,45	-4.293.105,80
A Estados e/ou Distrito Federal	-748.276,45	-4.293.105,80
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-724.896.770,81	-705.893.465,28
Outras Transferências Concedidas	-978.633.894,21	-2.993.970.579,00
Outros Desembolsos Operacionais	-8.307.031.592,30	-10.758.710.131,67
Dispêndios Extraorçamentários	-25.234.069,07	-15.118.996,70
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-4.064,32
Transferências Financeiras Concedidas	-8.281.797.523,23	-10.743.587.070,65
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-193.252.635,45	-203.805.294,21
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-193.252.635,45	-203.805.294,21
Aquisição de Ativo Não Circulante	-134.727.787,10	-123.115.939,11
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-58.524.848,35	-80.689.355,10
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.263.823.913,86	628.637.084,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.711.838.896,92	1.083.201.812,12
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.975.662.810,78	1.711.838.896,92



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/02/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	84.349.476,00	84.349.476,00	44.318.483,23	-40.030.992,77
Receitas Tributárias	-	-	4.920,75	4.920,75
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	4.920,75	4.920,75
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	3.499,14	3.499,14
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	3.499,14	3.499,14
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	84.349.476,00	84.349.476,00	44.310.063,34	-40.039.412,66
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	84.349.476,00	84.349.476,00	44.310.063,34	-40.039.412,66
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 16/02/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	84.349.476,00	84.349.476,00	44.318.483,23	-40.030.992,77
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	84.349.476,00	84.349.476,00	44.318.483,23	-40.030.992,77
DEFICIT			9.321.080.954,37	9.321.080.954,37
TOTAL	84.349.476,00	84.349.476,00	9.365.399.437,60	9.281.049.961,60
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-8.416.726,00	-	8.416.726,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-8.416.726,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	8.302.790.536,00	8.018.287.386,00	7.925.634.680,84	7.755.968.169,33	7.752.212.190,11	92.652.705,16
Pessoal e Encargos Sociais	5.807.238.982,00	5.808.498.256,00	5.762.409.019,30	5.684.663.430,57	5.684.035.838,29	46.089.236,70
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.495.551.554,00	2.209.789.130,00	2.163.225.661,54	2.071.304.738,76	2.068.176.351,82	46.563.468,46
DESPESAS DE CAPITAL	1.169.246.980,00	1.445.333.404,00	1.439.764.756,76	143.605.270,11	134.394.643,22	5.568.647,24
Investimentos	1.169.246.980,00	1.445.333.404,00	1.439.764.756,76	143.605.270,11	134.394.643,22	5.568.647,24
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	9.472.037.516,00	9.463.620.790,00	9.365.399.437,60	7.899.573.439,44	7.886.606.833,33	98.221.352,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	9.472.037.516,00	9.463.620.790,00	9.365.399.437,60	7.899.573.439,44	7.886.606.833,33	98.221.352,40
TOTAL	9.472.037.516,00	9.463.620.790,00	9.365.399.437,60	7.899.573.439,44	7.886.606.833,33	98.221.352,40



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EMISSÃO 16/02/2022 PAGINA 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	20.487.029,53	261.018.581,25	163.128.470,89	160.492.849,36	36.855.154,26	84.157.607,16
Pessoal e Encargos Sociais	9.482.498,03	109.235.264,53	56.752.985,38	56.751.676,81	13.497.145,82	48.468.939,93
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	11.004.531,50	151.783.316,72	106.375.485,51	103.741.172,55	23.358.008,44	35.688.667,23
DESPESAS DE CAPITAL	20.229.657,83	666.954.544,55	64.479.096,97	57.611.772,63	2.724.559,43	626.847.870,32
Investimentos	20.229.657,83	666.954.544,55	64.479.096,97	57.611.772,63	2.724.559,43	626.847.870,32
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	40.716.687,36	927.973.125,80	227.607.567,86	218.104.621,99	39.579.713,69	711.005.477,48

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	25.779.115,44	9.318.876,96	10.356.604,63	290.393,14	24.450.994,63
Pessoal e Encargos Sociais	20.765.336,61	606.327,26	571.735,71	5.047,07	20.794.881,09
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.013.778,83	8.712.549,70	9.784.868,92	285.346,07	3.656.113,54
DESPESAS DE CAPITAL	394.268,11	2.686.083,43	1.246.219,60	-	1.834.131,94
Investimentos	394.268,11	2.686.083,43	1.246.219,60	-	1.834.131,94
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	26.173.383,55	12.004.960,39	11.602.824,23	290.393,14	26.285.126,57

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa compreende os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e equivalentes de caixa que são ativos financeiros de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Em 2021, a conta Caixa e Equivalente de Caixa representou o percentual de 44,83% de todo o Ativo (AC + ANC) da Justiça Eleitoral, sendo que no período entre 31/12/2020 a 31/12/2021 o saldo elevou-se em **R\$ 1.263.823.913,86**, acréscimo de 73,83% em relação ao final do exercício de 2020. O aumento pode ser justificado pelos recebimentos de recursos no exercício 2021 visando atender às despesas obrigatórias de custeio e de investimentos no decorrer da execução do exercício.

A referida conta é composta, principalmente, pelo saldo na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Recursos Liberados pelo Tesouro (99,93%), a qual traz as disponibilidades de recursos recebidos de cotas financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional – STN referentes às dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021 e de recursos para pagamento dos Restos a Pagar.

Do valor total da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (Recursos Liberados pelo Tesouro), 93,69% ou **R\$ 2.786.093.640,41** está disponível na Setorial Financeira da Justiça Eleitoral, unidade responsável pela administração e distribuição desses recursos aos Tribunais Eleitorais de acordo com a programação financeira de desembolso de cada um.

Em 31/12/2021, os recursos na conta Limite de Saque estiveram distribuídos conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Composição

Origens	31/12/2021	R\$ AV %
Setorial Financeira da Justiça Eleitoral	2.786.093.640,41	93,69
Disponível nos Tribunais Eleitorais	187.553.687,98	6,31
Total	2.973.647.328,39	100,00

Fonte: Siafi

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo compreendem os valores a receber por transações realizáveis no exercício corrente (curto prazo). No Balanço Patrimonial da Justiça Eleitoral, esse item teve, no período entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021, redução de 64,40% explicada, principalmente, pela compensação da parcela do adiantamento do 13º (décimo terceiro) salário registrado pelo regime de competência, devidamente compensado; compensação de adiantamentos a prestadores de serviços que representam as prestações de contas e que estavam pendentes (já concluídas) no encerramento do exercício de 2020, referente à concessão de auxílio alimentação aos mesários e colaboradores para as eleições 2020; e ainda de prestação de contas com a devida conclusão de recursos de adiantamentos concedidos decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED, a exemplo daqueles recursos descentralizados voltados a ação de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em qualificação.

Nota 03 – Imobilizado

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (móveis e imóveis) destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2021, a Justiça Eleitoral apresentou saldo de R\$ 3.195.890.234,16, relacionado ao imobilizado. Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, bem como a variação percentual entre o período de dezembro de 2020 e dezembro de 2021:

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

Tabela 2 – Imobilizado – Composição

Imobilizado			R\$
	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Bens Móveis	849.003.747,86	716.627.839,80	18,47
(+) Valor Bruto Contábil	1.696.617.601,80	1.503.637.811,44	12,83
(-) Depreciação/Amor./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-847.613.853,94	-787.009.971,64	7,70
Bens Imóveis	2.346.886.486,30	2.093.394.833,51	12,11
(+) Valor Bruto Contábil	2.482.883.989,65	2.222.325.263,90	11,72
(-) Depreciação/Amor./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-135.997.503,35	-128.930.430,39	5,48
Total	3.195.890.234,16	2.810.022.673,31	13,73

Fonte: Siafi

A conta Depreciação Acumulada registra a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado; neste caso, R\$ 847.613.853,94 referem-se à depreciação acumulada dos bens móveis, e R\$ 135.997.503,35 aos bens imóveis. Essa conta está diretamente relacionada ao desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência dos bens móveis ou imóveis da Justiça Eleitoral.

O critério utilizado para o cálculo da depreciação acumulada **dos bens móveis** é o critério de **quotas constantes**, equação formada pela divisão do valor depreciável pelo tempo de vida útil do respectivo bem do imobilizado.

A base de cálculo para a depreciação é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos quando os valores forem identificados, especificados e atribuíveis diretamente à aquisição e construção do bem.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

De outro modo, para a **Depreciação Acumulada de Bens Imóveis**, o cálculo é mensal e automático, vem sendo realizado pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU e registrado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN na contabilidade dos órgãos federais.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação que,

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

por sua vez, é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O cálculo do valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da **Parábola de Kuentzle**; a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da **Parábola de Kuentzle** distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação.

O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

Nesse sentido, a vida útil e valor residual dos imóveis serão definidos com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Bens Móveis

Os Bens Móveis da Justiça Eleitoral em 31/12/2021 totalizavam R\$ 849.003.747,86 (descontado o valor da depreciação acumulada no montante de R\$ 847.613.853,94), distribuídos em contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

**Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021**

Tabela 3 – Bens Móveis - Composição

Bens Móveis	R\$		
	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	109.866.949,89	106.537.902,51	3,12
Bens de Informática	1.198.357.028,80	1.013.447.199,00	18,25
Móveis e Utensílios	224.606.999,16	218.308.471,61	2,89
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	38.746.436,32	37.225.921,62	4,08
Veículos	96.288.098,76	98.215.158,88	-1,96
Bens Móveis em Andamento	262.761,59	0,00	-
Bens Móveis em Almoarifado	5.999.168,66	10.344.940,63	-42,01
Armamentos	176.160,70	47.818,12	268,40
Demais Bens Móveis	22.313.997,92	19.510.399,07	14,37
Depreciação / Amortização Acumulada	-847.613.853,94	-787.009.971,64	7,70
Total	849.003.747,86	716.627.839,80	18,47

Fonte: Siafi

Do valor total bruto dos Bens Móveis registrados na Justiça Eleitoral, 70,63% referem-se a Bens de Informática. Tendo em vista as necessidades e atividades relacionadas às atribuições designadas à Justiça Eleitoral, os Bens de Informática, a exemplo de computadores e urnas eletrônicas, são essenciais tanto à atividade fim como à atividade meio dos tribunais eleitorais.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União registrados na Justiça Eleitoral em 31/12/2021 totalizavam R\$ 2.346.886.486,30 distribuídos em contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 4 – Bens Imóveis - Composição

Bens Imóveis	R\$		
	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Bens de Uso Especial	2.214.848.623,64	1.791.504.191,23	23,63
Bens Imóveis em Andamento	122.072.191,44	212.998.136,35	-42,69
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	909.472,74	909.472,74	0,00
Instalações	113.131.102,93	112.004.793,22	1,01
Demais Bens Imóveis	31.922.598,90	104.908.670,36	-69,57
Depreciação / Amortização Acumulada	-135.997.503,35	-128.930.430,39	5,48
Total	2.346.886.486,30	2.093.394.833,51	12,11

Fonte: Siafi

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 89,20% de todos os bens

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da Justiça Eleitoral, perfazendo o montante de R\$ 2.214.848.623,64 em 31/12/2021 em valores brutos.

Os Bens Imóveis em Andamento referem-se à conta Estudos e Projetos somados às Obras cujas execuções não foram ainda concluídas. Os imóveis que se encontram nesta condição representam o percentual de apenas 4,91 % do valor total dos imóveis da Justiça Eleitoral.

Ressalta-se que a Macrofunção - Siafi 021107 - Imóveis de Propriedades da União estabelece, no item 3.1.6.4 que "entre os valores das Benfeitorias e Obras, incluem-se os das contas Estudos e Projetos; Obras em Andamento; e Instalações", porém no Siafi, o valor referente à conta Instalações não estão contidos no valor das benfeitorias dos imóveis registrados.

Observa-se que as instalações correspondem às benfeitorias relevantes efetuadas em imóveis e inerentes a este, como instalação de elevadores, salas-cofres, painéis de energia solar, sistema de detecção e alarme de incêndio, grupo gerador, sistema contra descargas atmosféricas, etc.

No entanto, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP **NÃO estabelece roteiro ou procedimento de depreciação padronizado da conta de Instalações para o âmbito da Administração Pública Federal.**

Dessa forma, nenhum órgão da administração pública direta da União, atualmente, tem estabelecido o procedimento de depreciação individualizado para os valores registrados na Conta de Instalações.

A ausência dessa depreciação exclusiva de instalações poderá ser sanada no processo de baixa da conta de instalações e respectiva incorporação aos imóveis aos quais pertencem, quando do processo de reavaliação desses imóveis. Sendo assim, os efeitos da depreciação das instalações serão computados no cálculo da depreciação dos imóveis. Reitera-se que a depreciação dos imóveis ocorrerá **mensalmente e automaticamente** pelo procedimento descrito de depreciação sob responsabilidade e **competência direta da SPU e STN**, incluindo os valores das instalações incorporadas ao imóvel a ser depreciado.

Bens Imóveis de Uso Especial

Conforme tabela abaixo, os bens de uso especial do patrimônio imobiliário registrados na Justiça Eleitoral apresentam a seguinte composição:

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

Tabela 5 - Bens de Uso Especial – Composição

Bens de Uso Especial	R\$		
	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Terrenos/Glebas	155.715.205,30	145.336.312,54	7,14
Edifícios	1.920.098.456,09	1.498.798.860,37	28,11
Imóveis Residenciais e Comerciais	61.335.645,75	28.584.029,12	114,58
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	77.699.316,50	118.784.989,20	-34,59
Total	2.214.848.623,64	1.791.504.191,23	23,63

Fonte: Siafi

Os Bens de Uso Especial são os de valores mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário da Justiça Eleitoral. São constituídos por Edificações, Terrenos/Glebas, Imóveis Residenciais e Comerciais, e outros bens de uso especial da Justiça Eleitoral.

O Sistema SPIUnet, até o momento, registra no SIAFI o valor na conta contábil de Terrenos apenas se o imóvel for terreno e não possuir nenhuma edificação. Por exemplo, quando um Tribunal adquire um terreno para uma futura construção, o saldo é registrado na conta contábil de terrenos.

Quando ocorre a construção do imóvel, o gestor altera no SPIUnet a “destinação” do imóvel para edifícios. Com isso, o saldo é reclassificado para a conta “Edifícios”.

A informação do valor do terreno dos imóveis consta apenas internamente no Sistema SPIUnet, inclusive o valor do terreno é subtraído para fins do cálculo da depreciação de acordo com as normas contábeis.

Para a contabilização em separado no Siafi do terreno e a edificação de um mesmo imóvel haveria a necessidade de ações da Secretaria de Patrimônio da União e da Secretaria do Tesouro Nacional no sentido de alterar os parâmetros do atual SPIUnet.

Nota 04 – Intangível

São os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

Os ativos intangíveis gerados internamente em fase de pesquisa não são capitalizados, mas reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos na fase de desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis e controláveis pelos órgãos da Justiça Eleitoral.

Em 31/12/2021, a Justiça Eleitoral apresentou o saldo de R\$ 332.880.900,81 relacionado ao Ativo Intangível. Na tabela a seguir é apresentada a composição do subgrupo Intangível no período entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021:

Tabela 6 – Intangível – Composição

	R\$		
Intangível	31/12/2021	31/12/2020	AH %
Software com Vida Útil Definida	41.455.071,09	267.232.299,67	-84,49
Software com Vida Útil Indefinida	305.143.578,36	40.470.767,96	653,99
Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Definida	0	0	0,00
Amortização Acumulada	-13.717.748,64	-9.299.112,54	47,52
Total	332.880.900,81	298.403.955,09	11,55

Fonte: Siafi

R\$

Do total do saldo da conta Software da Justiça Eleitoral, 66,17% (R\$ 229.353.219,93) estão alocados no Tribunal Superior Eleitoral. O item Software com Vida Útil Definida teve redução significativa em toda a Justiça Eleitoral, tendo em vista a reclassificação de Software com Vida Útil Definida para a conta correta de Software de Vida Útil Indefinida. Essa reclassificação foi realizada por grupo técnico designado para esse fim.

Esclarece-se que a área de Patrimônio do Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com a área de Tecnologia de Informação, reclassificou aqueles softwares considerados como “vida útil indefinida”, que foram inseridos inicialmente como “vida útil definida” pela classificação automática ocorrida no sistema SIAFI em exercícios passados. Esse processo representou significativa redução de 84,49%, entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021 para os Softwares de Vida Útil Definida. Em contrapartida, houve um acréscimo de 653,99% na conta de Software de Vida útil Indefinida.

Além disso, o sistema de patrimônio utilizado pela Justiça Eleitoral foi alterado em 2019 com vistas à inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis e amortização do intangível correspondente. O

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

sistema foi concluído. A fase de implantação na Justiça Eleitoral, que se iniciou em 2020, está prosseguindo de forma gradativa, haja vista a necessidade de mapear cada software para o cadastramento no sistema de patrimônio com o ajuste correspondente no Sistema SIAFI em todos os Tribunais Eleitorais. Como efeito decorrente, o saldo na conta de Amortização aumentou em 47,52% em relação ao final do exercício de 2020.

Nota 05 – Amortização

A amortização é realizada para elementos patrimoniais de direitos de propriedade e bens intangíveis **que tiverem a vida útil econômica limitada e definida**; tem como característica fundamental a redução do valor do bem. Dessa forma, a vida útil do ativo intangível é classificada em definida ou indefinida e a amortização respectiva apenas ocorrerá para os ativos intangíveis de vida útil definida (limitada). Conforme já explicado, a Justiça Eleitoral, por meio das suas áreas de patrimônio, tecnologia e contabilidade ampliou o controle e processo para calcular e classificar seus ativos intangíveis, definindo-os em ativos de vida útil definida ou indefinida, a depender de cada caso, no recente Sistema de Amortização de Ativos Intangíveis criado em 2020 para esse fim.

Atualmente, na Justiça Eleitoral, a amortização está relacionada a softwares adquiridos. Para o 4º trimestre de 2021 somou-se o valor de R\$ 13.717.748,64 com acréscimo de 47,52% em relação a dezembro de 2020, explicado justamente pelo novo sistema de amortização do Intangível, em funcionamento em toda a Justiça Eleitoral, mapeando os softwares de vida útil definida e realizada às respectivas amortizações necessárias.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados periodicamente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada pela Justiça Eleitoral periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Nota 06 – Passivo – Obrigações Trabalhistas – Pessoal a Pagar – Curto Prazo

Na Justiça Eleitoral, o subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo é composto, principalmente, pela conta Pessoal a Pagar (no valor de R\$ 161.704.242,69), a qual representa 95,15% desse subgrupo e 71,49% de todo o Passivo Circulante. Para a conta Pessoal a

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

Pagar houve uma significativa redução de 40,61% em relação ao mês de dezembro do exercício de 2020, explicado, principalmente, pela baixa do Passivo de Férias a Pagar em contrapartida à conta de Adiantamento de Férias, conforme acerto contábil realizado em acordo ao relatório do Sistema de Folha de Pagamento SGRH da Justiça Eleitoral, atendendo ao Acórdão TCU nº 1322/2018, aos procedimentos da CCONT/STN (Manual Siafi código 021142 – Folha de Pagamento), bem como a Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

Nota 07 – Demais Obrigações a Curto Prazo - Outras obrigações a Pagar

Compreende obrigações não classificáveis em grupos específicos no plano de contas, com vencimento no curto prazo. Na Justiça Eleitoral, para o 4º trimestre de 2021, a conta Outras Obrigações a Curto Prazo apresentou saldo a pagar no valor de R\$ 113.253,85, uma redução de 99,51% em relação a dezembro de 2020, referente à baixa, principalmente, de passivo decorrente de transferências financeiras recebidas por meio do Termo de Execução Descentralizada, além da comprovação daqueles gastos que estavam na situação de “a comprovar” no encerramento do exercício de 2020.

O valor majoritário referia-se ao TED celebrado entre o Ministério da Economia e o TSE no exercício de 2019, com a descentralização de crédito no valor de R\$ 20.000.000,00, com vistas à implementação do Programa de Identificação Civil Nacional (ICN), que estava pendente de conclusão de apresentação da prestação de contas e comprovação de gastos, no sistema SIAFI 2021, mas que foram concluídos e comprovados em sua maioria no exercício de 2021.

Nota 08 – Resultados Acumulados – Ajustes de Exercícios Anteriores

O registro na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores ocorrerá pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Para a Justiça Eleitoral, a conta Ajuste de Exercícios Anteriores encerrou o 4º trimestre de 2021 com saldo credor de R\$ 76.941.230,86, um acréscimo de 31,98% em relação a dezembro de 2020, explicado, em sua maior parte, pelos ajustes realizados pelos Tribunais Eleitorais com a atualização de valor patrimonial das urnas eletrônicas, com a finalidade de padronização de valores e critérios contábeis entre os órgãos da Justiça Eleitoral que movimentaram as referidas Urnas, visto que fora identificada, por meio do Ofício-Circular GAB-DG nº 179/2020 do TSE, inconsistência dos valores registrados nos sistemas de gestão patrimonial dos

**Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021**

Tribunais Regionais Eleitorais em comparação com os valores de referência, obtidos com base no cálculo de depreciação mensal preceituada pela legislação vigente aplicável.

Nota 09 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2021, a Justiça Eleitoral apresentou saldo em aberto de R\$ 46.469.549,59 relacionados com Fornecedores e Contas a Pagar, sendo todo esse valor relativo a obrigações a curto prazo. A totalidade de fornecedores e contas a pagar do curto prazo refere-se aos credores nacionais, representando 100% do total a ser pago conforme tabela a seguir:

Tabela 7 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

	R\$		
Circulante	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	46.469.549,59	16.529.115,63	181,14

Fonte: Siafi

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2021.

Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora contratante

	R\$	
Unidades Gestoras	31/12/2021	AV (%)
070001 – Tribunal Superior Eleitoral - TSE	35.779.286,02	77,00
070018 – Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	1.850.361,29	3,98
070013 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	1.765.468,02	3,80
070017 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	1.610.760,03	3,47
070004 – Tribunal Regional Eleitoral do Pará	1.129.449,56	2,43
070005 – Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	1.127.211,96	2,43
070024 – Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	1.063.720,50	2,29
070007 – Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	458.947,47	0,99
070014 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	342.700,67	0,74
070015 – Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	327.642,24	0,71
Demais	1.014.001,83	2,18
Total	46.469.549,59	100,00

Fonte: Siafi

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

A unidade gestora **070001** é responsável por 77 % do total a ser pago. Na tabela 9 apresentada a seguir relacionam-se os 10 (dez) credores mais significativos e o saldo em aberto na data base de 31/12/2021.

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

Fornecedores	R\$	
	31/12/2021	AV (%)
Positivo Tecnologia S.A.	26.070.756,02	56,10
Griaule Ltda.	8.758.560,00	18,85
Fox Engenharia e Consultoria Ltda.	936.000,00	2,01
Lopez Marinho Engenharia e Construções Ltda.	502.205,73	1,08
Telefônica Brasil S.A.	403.644,19	0,87
Plansul Planejamento e Consultoria Eireli	396.679,34	0,85
OI S.A. - Em Recuperação Judicial	393.917,96	0,85
Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.	386.442,00	0,83
Up Ideias Serviços Especializados e Comunicação Eireli	370.763,67	0,80
JGD Comércio de Máquinas e Refrigeração Eireli	299.640,00	0,64
Demais	7.950.940,68	17,11
Total	46.469.549,59	100,00

Fonte: Siafi

Os credores listados acima representam **82,88 %** do total das obrigações a serem pagas.

A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (A) **Positivo Tecnologia S.A.** – Prestação de Serviço de Produção e Fornecimento de Urnas Eletrônicas Modelo (UE2022), para o Tribunal Superior Eleitoral;
- (B) **Griaule Ltda** – Contratação de licenças perpétuas de software “Griaule Suite” (GBS), com suporte técnico e atualização TESTE tecnológica para 12 meses;
- (C) **Fox Engenharia e Consultoria Ltda.** - Consultoria em engenharia e arquitetura;
- (D) **Lopez Marinho Engenharia e Construções Ltda.** – Construção da sede do TRE-RJ;
- (E) **Telefônica Brasil S.A.** – Prestação de Serviços de Comunicação de dados, compreendendo o fornecimento de serviços de enlaces de comunicação de dados entre o TSE e os TREs;

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

- (F) **Plansul Planejamento e Consultoria Eireli** – Contratação de serviços continuados e auxiliares à Administração/postos de editor, redator e assistente de cerimonial – TRE-BA;
- (G) **OI S.A. – Em Recuperação Judicial** – Prestação de serviços de comunicação de dados e redes em geral;
- (H) **Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A.** – Prestação de serviços de telecomunicação de dados;
- (I) **Up Ideias Serviços Especializados e Comunicação Eireli** – Serviço de apoio administrativo – TRE-MS;
- (J) **JGD – Comércio de Máquinas e Refrigeração Eireli** – Aquisição de aparelhos de ar condicionado para o TRE – RJ.

Nota 10 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2021 a Justiça Eleitoral possuía o saldo de R\$ 2.312.336.363,59 referente a obrigações contratuais de parcelas de contratos que serão executados nos próximos exercícios.

A seguir apresenta-se a tabela com as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Composição.

Natureza dos Contratos	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Aluguéis	142.656.348,93	134.336.362,22	6,19
Fornecimento de Bens	1.053.515.877,94	722.226.616,63	45,87
Seguros	1.097.324,77	661.491,68	65,89
Serviços	1.114.992.480,87	1.040.415.512,83	7,17
Demais	74.331,08	-	-
Total	2.312.336.363,59	1.897.639.983,36	21,85

Fonte: Siafi

As obrigações contratuais relacionadas com os serviços representam **7,17%** do total das obrigações assumidas pela Justiça Eleitoral ao final de 31/12/2021, enquanto o fornecimento de bens corresponde a 45,87% do total das obrigações assumidas pela Justiça Eleitoral para o mesmo período.

Na sequência apresenta-se a tabela 11 por Unidades Gestoras dos contratantes com os valores mais expressivos para a Justiça Eleitoral.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

Unidades Gestoras	R\$	
	31/12/2021	AV (%)
070001 – Tribunal Superior Eleitoral - TSE	1.339.016.976,82	57,91
070018 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	106.262.957,03	4,60
070014 – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	105.148.580,08	4,55
070013 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	92.748.251,98	4,01
070019 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	76.696.282,56	3,32
070021 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	68.350.425,87	2,96
070017 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	50.574.753,29	2,19
070004 – Tribunal Regional Eleitoral do Pará	42.141.940,01	1,82
070017 – Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	38.913.880,50	1,68
070006 – Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	38.308.592,77	1,66
Demais	354.173.722,68	15,32
TOTAL	2.312.336.363,59	100,00

Fonte: Siafi

A Unidade Gestora 070001 - TSE é responsável por 57,91% do total das Obrigações Contratuais da Justiça Eleitoral. Na tabela a seguir estão relacionados os maiores valores de Obrigações Contratuais por contratados na Justiça Eleitoral, com os respectivos saldos a executar em 31/12/2021.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratados	R\$	
	31/12/2021	AV (%)
ICC105201 - Contrato nº 105/2020 - Positivo Tecnologia S.A.	490.934.133,61	21,23
ICCT76201 - Contrato nº 76/2020 - Positivo Tecnologia S.A.	284.173.995,44	12,29
ICCT08211 - Positivo Tecnologia S.A.	172.495.916,76	7,46
ICCT85211 - Contrato nº 85/2021 - Serpro	72.294.486,45	3,13
ICCT74192 - Contrato nº 74/2019 - Procomp Indústria Eletrônica	54.780.509,07	2,37
ICC107201 - Contrato nº 107/2020 - CTIS Tecnologia S.A.	51.046.864,03	2,21
ICCT86211 - Contrato nº 86/2021 - Positivo Tecnologia S.A.	46.542.938,00	2,01
02558157000162 - Telefôncia Brasil S.A.	36.426.010,72	1,58
ICTRE1419 - Unimed do Estado do Paraná	34.617.864,04	1,50
62577929000135 - Comp. de Process. de Dados de São Paulo	33.115.972,08	1,43
Demais	1.035.907.673,39	44,80
Total	2.312.336.363,59	100,00

Fonte: Siafi

Os valores referentes aos contratos firmados constantes da tabela 12 representam 55,21% do total a ser pago. A seguir apresenta-se o resumo das principais transações, lembrando que dos dez maiores contratos, 4 (quatro) foram firmados com a empresa **Positivo Tecnologia S.A.**:

(A) Positivo Tecnologia S.A. – Os contratos com esta empresa referem-se à prestação de serviços de produção e fornecimento de urnas eletrônicas modelo (UE 2020).

(B) CTIS Tecnologia S.A. - Contrato de prestação de serviços de informática para suporte às equipes de gestão de infraestrutura de tecnologia de serviços na área de sustentação de sistema de informação no TSE.

(C) Telefônica Brasil S.A. - Referente à prestação de serviços de comunicação e fornecimento de dados entre TSE, TRE's, e a internet.

(D) Serpro – Prestação de serviços de Operacionalização da Identificação Civil Nacional (ICN).

(E) Procomp Indústria Eletrônica – Serviços de manutenção corretiva, na modalidade cobertura completa, das urnas eletrônicas da Justiça Eleitoral.

(F) Unimed do Estado do Paraná – Serviços de assistência médica aos servidores do TRE/PR e seu

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

dependentes legais.

(G) Companhia de Processamento de Dados de São Paulo – Custeio das despesas condominiais e comuns dos convênios Poupatempo.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 11 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Transferências Intragovernamentais

As Transferências Intragovernamentais referem-se, principalmente, ao recebimento de recursos relacionados às cotas recebidas da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como às cotas de sub-repasse recebidas pelos Tribunais Eleitorais referentes às despesas com pessoal, de custeio e capital do exercício de 2021, e para pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar. Importante constar, também, a referência aos valores recebidos relacionados ao Fundo Partidário. Para o 4º trimestre de 2021, na Justiça Eleitoral, houve um decréscimo de 18,67% em relação ao mesmo período do ano de 2020, tendo em vista o menor volume de recursos recebidos em anos não eleitorais pela não necessidade de gastos diretos com a elaboração das eleições. Isso posto, frisa-se que até o encerramento do exercício de 2021 a participação significativa dessa conta refletiu-se em 96,76% de toda composição da classe de Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA da Justiça Eleitoral.

Nota 12 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Ganhos com Desincorporação de Passivos

Segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, esta conta compreende a contrapartida da desincorporação de passivos, inclusive as baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar e prestação de contas de recursos recebidos. Para o 4º trimestre de 2021, na Justiça Eleitoral, essa conta teve a expressiva redução de 98,81% em relação ao mesmo período do exercício anterior, tendo em vista que em 2020 ocorreu a prestação de contas do Termo de Execução Descentralizada – TED nº 07/2020, responsável pelo total de R\$ 2.034.954.824,00 de Variação Patrimonial Aumentativa por ganhos com desincorporação de passivos.

Nota 13 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Reavaliação de Ativos

Esta conta representa ganhos patrimoniais com a reavaliação de ativos da Justiça Eleitoral, resultado da diferença positiva entre o valor contábil líquido de um determinado bem e o seu respectivo valor de mercado (justo). Essa diferença converte-se em uma variação patrimonial aumentativa para aqueles

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

órgãos que procederam à reavaliação nos termos das orientações normativas e legais aplicáveis. Quanto à Justiça Eleitoral, para o 4º trimestre de 2021, houve aumento de 145,14% de ganhos com a reavaliação de ativos, em relação ao mesmo período de 2020.

Esse aumento nominal de R\$ 144.133.883,74 deve-se principalmente ao procedimento de reavaliação do imobilizado (bens imóveis) empregado nos órgãos da Justiça Eleitoral, consoante às diretrizes dos órgãos reguladores e de controle contábil, considerando a atualização dos ativos imobilizados e a adequação dos valores patrimoniais àqueles praticados no mercado, que resultou em informações precisas de maior integridade e fidedignidade para a sociedade.

Nota 14 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Transferências Intragovernamentais

Esta conta compreende as variações patrimoniais diminutivas decorrentes das transferências e delegações financeiras concedidas relativas à execução orçamentária, de bens e valores, referentes às transações intragovernamentais. Para o 4º trimestre de 2021 houve redução de 22,91% em relação ao mesmo período de 2020 na variação monetária de R\$ 2.461.675.243,52. A respectiva redução é justificada pela diminuição de transferências de cotas e sub-repasses concedidos aos Tribunais Eleitorais em anos não eleitorais, como também as transferências dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha que ocorrem apenas nas eleições.

Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Transferências a Instituições Privadas

As Transferências às Instituições Privadas compreendem as variações patrimoniais diminutivas de transferências financeiras concedidas às instituições privadas. No caso da Justiça Eleitoral são transferências aos Partidos Políticos referentes a recursos do Fundo Partidário, em forma duodécimos e multas eleitorais, consoantes ao estabelecido pelo artigo 41-A da Lei Eleitoral nº 9.096/95, e ainda, a recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC nos anos eleitorais. Para o 4º trimestre na Justiça Eleitoral, resultou no valor de R\$ 978.033.983,09, redução monetária nominal de R\$ 2.015.936.595,91 em relação ao mesmo período de 2020, o que representa variação negativa de 67,33%. Situação posta que evidencia o maior volume de transferências financeiras concedidas a instituições privadas nos anos eleitorais, em especial a transferência de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

Nota 16 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Incorporação de Passivos

Para o 4º trimestre de 2021, na Justiça Eleitoral, as incorporações de passivos representaram o saldo de R\$ 26.116.141,48, redução de 98,73%, ou quase a totalidade do valor contabilizado para o 4º trimestre de 2020 que foi no valor de R\$ 2.062.871.504,75. Em 2020, as altas despesas e incorporações de passivos foram decorrentes da descentralização orçamentária e financeira recebidas, a fim de atender às despesas das eleições municipais, como: Termo de Execução Descentralizada (TED) do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC para o TSE; transferência recebida de créditos orçamentários e financeiros para atender ao Termo de Execução Descentralizada, firmado entre o TSE e a SGD do Ministério da Economia, destinado à implementação do Programa de Identificação Civil Nacional (ICN); e a incorporação de passivos referente à aquisição de materiais para as Eleições de 2020.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 17 – Receitas

Para o exercício de 2021, o valor total de R\$ 84.349.476,00 da previsão de arrecadação de receitas da Justiça Eleitoral refere-se às Multas do Código Eleitoral e Leis Conexas. As receitas realizadas no Balanço Orçamentário totalizaram R\$ 44.310.063,34, restando o saldo de R\$ 40.039.412,66 a realizar. No entanto, ao apurar a arrecadação total das receitas destinadas ao Fundo Partidário, verificou-se a realização de R\$ 69.888.262,56, conforme tabela 13. Observa-se que as multas eleitorais inscritas em Dívida Ativa foram registradas na Unidade Gestora do Ministério da Fazenda, Órgão responsável pela arrecadação dessas receitas.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2021

Tabela 13 – Arrecadação de Multas do Código Eleitoral e L. Conexas– Por UG e Cód. Receita

Unidade Gestora	Natureza da Receita	R\$
		Total
070026 – Secretária de Orçamento e Finanças do TSE	19100111	44.279.213,55
	19100112	30.849,79
170013 – Subsec. de Planejamento, Orç. e Administração - MF	19100113	21.920.562,23
	19100114	3.657.636,99
TOTAL		69.888.262,56

Fonte: Siafi

Nota 18 – Despesas

Do quadro das Despesas, pode-se concluir que a inscrição em Restos a Pagar Não Processados na JE para o exercício de 2021 foi de R\$ 1.465.825.998,16 (Coluna da Despesas Empenhadas (-) Despesas Liquidadas). Desse valor, 82,56 % (R\$ 1.210.154.724,12) refere-se à contratação de prestação de serviço de produção e fornecimento de urnas eletrônicas modelos UE2020 e UE2022.

Nota 19 – Restos a Pagar Não Processados

Do saldo de R\$ 711.005.477,48 de Restos a Pagar Não Processados inscritos em anos anteriores, R\$ 608.721.965,48 refere-se, em grande parte, de contratos para serviço de produção e fornecimento de urnas eletrônicas modelo UE2020 que não foram executados no exercício de 2021 devido a atraso decorrente da pandemia e fornecimento de insumos para produção do equipamento.